

A Evolução Dos Estudos De Segurança Internacional: Da Escola De Copenhague À Macroseguritização

Fernando Brancoli

Institute Of International Relations And Defense, Brazil

Abstract:

Este artigo explora a evolução dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), destacando a contribuição da Escola de Copenhague (EC) e a emergência da teoria da macroseguritização. A EC revolucionou o campo ao introduzir a teoria da securitização, que analisa como questões de segurança são construídas através de discursos políticos. Com a ascensão de novas ameaças globais e a complexidade crescente das interconexões internacionais, a macroseguritização, proposta por Buzan e Wæver, oferece um quadro teórico para compreender as ameaças transnacionais e as políticas de segurança global. Este estudo fornece uma análise crítica das práticas securitizantes e suas implicações políticas, sociais e econômicas, traçando a trajetória histórica dos ESI e examinando as dinâmicas de poder no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: *Estudos de Segurança Internacional, Escola de Copenhague, Securitização, Macroseguritização*

Date of Submission: 21-07-2024

Date of Acceptance: 31-07-2024

I. Introdução

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) têm passado por significativas transformações desde seu surgimento formal como campo acadêmico em 1919. Inicialmente focado nas questões de guerra e paz, o campo evoluiu para abarcar uma variedade de abordagens e perspectivas teóricas. Durante a Guerra Fria, os ESI foram dominados por conceitos de 'segurança nacional' nos Estados Unidos e 'estudos estratégicos' no Reino Unido, refletindo uma visão tradicional e militarizada da segurança. Entretanto, desde então, um renascimento teórico impulsionado por abordagens críticas e interdisciplinaridade ampliou o escopo dos estudos para incluir novas ameaças e dimensões de segurança.

A Escola de Copenhague (EC) desempenhou um papel central nesta evolução, introduzindo a teoria da securitização, que propõe que a segurança é um ato de fala performativo que constrói ameaças através de discursos políticos. Este enfoque permite uma análise aprofundada de como questões de segurança são construídas socialmente e reconhecidas intersubjetivamente, destacando a importância dos discursos na formação de políticas de segurança. Além disso, a EC expandiu a agenda dos ESI para incluir setores como o societal, o econômico e o ambiental, refletindo a complexidade e a interconexão das ameaças contemporâneas.

Neste artigo, examinamos o desenvolvimento dos Estudos de Segurança Internacional, com foco na contribuição da Escola de Copenhague e na emergência da teoria da macroseguritização. Argumentamos que as transformações na agenda dos ESI refletem uma resposta às mudanças na ordem internacional, particularmente após os eventos do 11 de setembro e a subsequente Guerra ao Terror. A teoria da macroseguritização, proposta por Buzan e Wæver, permite uma análise das ameaças transnacionais e da interconexão das políticas de segurança global, oferecendo um quadro teórico para entender como narrativas globais de segurança são construídas e operacionalizadas.

Este estudo visa não apenas traçar a trajetória histórica dos ESI, mas também explorar as implicações teóricas e práticas da securitização e da macroseguritização para a compreensão das dinâmicas de poder e segurança no cenário global contemporâneo. Através da análise crítica das abordagens da EC e da macroseguritização, buscamos fornecer uma visão abrangente e crítica das práticas securitizantes e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Esse artigo está dividido em subseções que abordam a teoria da securitização e seus desdobramentos, as práticas auto-referenciais e políticas, e os setores securitizantes e macroseguritização, fornecendo uma análise detalhada de cada aspecto.

A maior parte dos analistas (Walt 1991: 213-215; Baldwin 1995: 123-124; Wæver & Buzan 2007; Williams 2008b) caracterizam o período inicial dos Estudos de Segurança (1950-65) como uma "idade de ouro". Nesse período, as análises geraram teorias e metodologias que foram incorporadas ao campo mais amplo das Relações Internacionais, como por exemplo, as aplicações da teoria dos jogos e das teorias da dissuasão.

Este período teoricamente inovador foi, no entanto, seguido por outro com reduzido transbordamento de conceitos multidisciplinares nos ESI, além de uma ênfase em estudos empíricos, o que eventualmente levou a estagnação e o fim do emprego de pressupostos teóricos de distintas áreas (ver, por exemplo, Walt 1991; Baldwin 1995).

Este período de estagnação durou até o início de 1980, quando teria ocorrido o 'renascimento' de Estudos de Segurança (Walt, 1991). Nesse momento, registra-se uma retomada dos debates teóricos e crescentes discussões sobre diferentes conceitos de segurança, coincidindo com a emergência dos debates críticos em andamento nas RI (ver Keohane, 1988). Por exemplo, reconhecendo a sobreposição parcial dos Estudos Estratégicos e das Pesquisas sobre a Paz, Barry Buzan (1983: 191) propõe que "segurança" deve ser o ponto a ser focado tanto em análises voltadas para estratégia quanto para estudos de paz. Alguns dos tópicos estudados por ambos deveriam ser mantidos separados, apesar de momentos de conjunção acadêmica continuarem a existir.

A lógica binária entre "realistas" e "idealistas" nas pesquisas começou a mudar com a "segunda geração" de pesquisadores de Estudos de Paz entrando em contato, na década de 1980, com reflexões de outras áreas sobre perspectivas de violência e uso da força. Após o debate neo-neo (Wæver 1996; 1997b), novas propostas teóricas foram abertas, incluindo discussões envolvendo perspectivas de outras áreas das humanidades, como antropologia e criminalística. A década de 1980 viu um aumento na discussão sobre "nova segurança", com a ampliação da agenda de pesquisa para além do campo militar, que tinha sido o foco dos estudos até então. Guerras civis, conflitos étnicos, terrorismo e criminalidade internacional, embora já presentes na Guerra Fria, começam a receber nova atenção, no momento em que a realidade bipolar se modificava. A agenda dos EIS se alargou, englobando desde discussões ambientais até estudos de gênero, por exemplo.

É nesse momento de conjunção que a chamada "Escola de Copenhague" (EC) surge, derivada do Centro para a Paz e Pesquisa de Conflitos (COPRI, no acrônimo em inglês) da cidade dinamarquesa, em 1985 (Huysmans 1998a: 479). A Escola de Copenhague iniciou suas pesquisas dentro da premissa de que o conceito de segurança era tanto subteorizado quanto pouco explorado. A EC, além disso, desafiava as perspectivas tradicionais de segurança ao incorporar análises de ferramentas que visam a prevenção e a solução de conflitos por meios pacíficos (Buzan, 2005). mainstream dos Estudos de Segurança Internacional, que, apesar da expansão da sua agenda, ainda mantinha um entendimento objetivista da segurança.

Dentro dessa perspectiva considerada restritiva, a segurança permanecia uma questão permeada por ameaças objetivas externas, detectáveis dentro de uma agora expandida agenda, por um grupo de especialistas. A Escola de Copenhague rompeu com esse entendimento baseada principalmente nas análises de Arnold Wolfers (1952) sobre segurança nacional - interpretada como uma prática intersubjetiva (Wæver 1995:51). A EC, refletindo sobre as considerações deste autor, argumenta que certas "armadilhas" das perspectivas anteriores poderiam ser evitadas ao se concentrar não nos meios de provimento de segurança, mas na formação do que se entende como segurança, ou, mais especificamente, sobre as consequências ao se "falar" ou "fazer" segurança. É dessas prerrogativas que surgem as considerações sobre securitização, que será abordada no próximo tópico.

A abordagem da Escola de Copenhague pode ser vista, neste primeiro momento, como uma extensão do "soft realism", como exemplificado por Wolfers (1952; ver também 1962), Kissinger (1957), e Jervis (1978). Assim como o conceito de defesa não-ofensiva de Jervis tentou superar o "dilema de segurança" (Herz 1950; Booth & Wheeler 2008a; Brauch 2008c), para a EC, o impulso normativo e teórico visa reduzir espirais de insegurança que as tais políticas possam criar (Wæver, 2000a). A EC também tem laços com o neorealismo, assim como semelhanças com a Escola Inglesa (Buzan 1993; 2001; 2004a; 2004b; Wæver 1992; 1998). Com o passar do tempo, a já multifacetada escola também estabeleceu reflexões sobre gênero (Hansen 2000) e abordagens discursivas pós-estruturalistas (Wæver 1989c; Hansen & Wæver 2002; Hansen 2006). Membros posteriores do instituto - desde 2003 o Centro Dinamarquês de Assuntos Internacionais foi agregado ao grupo original - introduziram ainda abordagens mais sociológicas (Guzzini 2000; Jung 2001; Leander 2000). Essas distintas perspectivas e temas estariam centralizados em um interesse compartilhado pelo interesse em analisar a construção de ameaças dentro de um cenário em que discursos têm capacidade de moldar a realidade e de gerar consequências dentro dos campos políticos.

De modo geral, diversos pesquisadores (Huysmans 1998a; Eriksson 2001a; Williams 2003) apontam que o campo dos ESI, que por muito tempo foi considerado reativo dentro das RI, está, desde a década de 1990, permeado por novas abordagens. O desenvolvimento da Escola de Copenhague não foi a única abordagem teórica neste período: nos últimos vinte anos, principalmente a partir da década de 2000, as chamadas abordagens críticas para a segurança produziram uma série de diferentes considerações. Por exemplo, Didier Bigo (2000), oriundo do campo da criminologia, estabeleceu pesquisas inspiradas em premissas do filósofo Pierre Bourdieu. Com base na "Escola de Frankfurt", Ken Booth (1991) e Richard Wyn Jones (1999) focaram na segurança dos indivíduos. Há ainda pontos de estudos feministas (por exemplo, Tickner 1992) e pós-coloniais (por exemplo, Barkawi & Laffey 2006).

Dentro dessa lógica, pode-se apontar que a década de 2000 produziu uma nova "era dourada" dos ESI (Wæver & Buzan, 2007). A interdisciplinaridade recém-descoberta do ESI é evidente na forma como Betts (1997) refere-se aos Estudos de Segurança e outros campos próximos: apesar de existir uma sobreposição dos Estudos de Segurança e RI, por exemplo, o campo também tem dinâmicas e interesses que vão além da política internacional. As cerca de seis décadas de Estudos de Segurança Internacional resultaram em uma estrutura bastante complexa de influências intelectuais e abordagens para o estudo dos problemas e fenômenos que são considerados de interesse do campo. A formação do coletivo c.a.s.e. é uma indicação da criação de uma segunda geração de estudiosos críticos de segurança internacional, que estão aplicando as abordagens teóricas desenvolvidas na década de 1990. A presente tese estaria, assim, entre os estudos que visam desenvolver criticamente os Estudos Internacionais de Segurança, com ênfase nas reflexões da EC. Nosso objetivo, como já apontado, é demonstrar que as Companhias Privadas de Segurança contemporâneas são resultado de um processo de macrosecuritização, relacionado à Guerra ao Terror e a práticas neoliberais - mas também operam dentro de uma lógica mais focal, microsecuritizante, em que suas ações são construídas dentro de um processo específico.

Nesse artigo, o objetivo é focar nos modelos mais abrangentes apresentados pela Escola de Copenhague, focados neste momento nas questões do Estado. Isso se dá principalmente para a melhor compreensão do que é a Guerra Global contra o Terrorismo e suas consequências, principalmente a galvanização de ferramentas coercitivas excepcionais, dentre elas as Companhias de Segurança Privada. A finalidade é iniciar a reflexão de mecanismos de análise desses processos políticos para, posteriormente, no capítulo 5, indicar possíveis ferramentas críticas e expansivas para compreender os modelos micro, locais, de construção de ameaças.

II. Teoria Da Securitização E Seus Desdobramentos

Claro, aqui está o texto formatado corretamente:

Como já apontado, a teoria da securitização é a materialização de grande parte das considerações e inovações teóricas apontadas pela EC. A teoria, assim, estaria essencialmente preocupada com a capacidade de se criar dispositivos de segurança através de atos de fala - ou seja, como determinados atores políticos são capazes de indicar e ressaltar determinados cenários de insegurança. Através dessa narrativa, os atores implementariam um cenário de excepcionalidade para lidar com o novo cenário construído. Apesar de tal inovação, tal teoria não foi a primeira a enfatizar o uso político dos discursos na criação de ameaças. Por exemplo, Murray Edelman (1972:13) observou que grupos de poder tendem a manter narrativas de potenciais ameaças, sejam elas percebidas como imediatas ou apenas latentes. A criação de um período temporal construído como "urgente" ou "crítico para a segurança" são táticas recorrentes na justificativa para ações que, em outras realidades, poderiam desencadear resistências populares. Isso se dá dentro de um programa, por exemplo, de proteção a uma abstrata "segurança nacional", que pode significar pontos dessemelhantes para diferentes grupos. De qualquer forma, a criação de uma narrativa de "tempos excepcionais" é um dos pontos-chave para a compreensão das movimentações que a Escola de Copenhague busca analisar. Isso se dá principalmente pelas possíveis consequências, ligadas a movimentações de emergência, derivadas desse momento.

A teoria da securitização seria então uma ferramenta sistemática para estudar o uso de discursos e a criação de argumentos dentro de uma realidade de segurança. Com base na teoria construcionista da linguagem, por exemplo de JL Austin (1975), Ole Wæver (Buzan et al., 1998: 32) encara o processo de securitização em termos de política de poder, fragmentada na criação de conceitos de segurança. De acordo com o pesquisador dinamarquês, a construção de questões de segurança não exige necessariamente a existência de ameaças objetivas. Sob as condições corretas, pontos podem ser construídos como elementos de "segurança" independentemente de existirem ou não uma ameaça "real". O estudo de securitização não significa a avaliação, assim, de ameaças objetivas que "realmente" colocam algo em perigo, mas compreender os processos de construção de um entendimento comum de algo que está sendo considerado coletivamente como uma ameaça - além das respostas a ela (ibid., 26). A segurança, assim, é compreendida como uma prática auto-referencial: o ato de se denominar algo como problema de segurança que faz com que tal questão a seja (ibid., 24). A definição e os critérios de securitização estão no "estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma relevância suficiente para ter efeitos políticos substanciais" (ibid., 25). Em outras palavras, um ato de securitização é um ato de fala onde uma ameaça existencial é produzida em relação a um objeto referente; com tal ação narrativa classificando uma questão como uma ameaça existencial. Tal processo indica ainda que para lidar com tal questão, será necessário se empregar ferramentas fora do arcabouço normativo, produzindo uma transformação no status quo para determinada questão.

Apesar da securitização abordar elementos de segurança em uma narrativa expandida e multi-setorial, originalmente a teoria foi estabelecida para uma realidade estado-cêntrica e opôs-se ao alargamento excessivo das análises. Como Wæver argumenta, "[o] conceito de segurança pertence ao Estado" (ibid: 4). Em uma fase

posterior, após o fim da Guerra Fria, os estudiosos da EC revisaram seus trabalhos, argumentando que a segurança não deve mais ser limitada ao lócus estatal, ampliando assim a perspectiva de segurança para outros setores, nomeadamente sociais, econômicos, políticos, militar e ambiental (Buzan et al, 1998; Buzan e Little 2000). Enquanto cada um destes setores auxilia na identificação de padrões distintos dos discursos de segurança, eles formam ainda um complexo maior (Buzan et al. 1998: 8). O que exatamente esse 'todo' significa não está muito claro, principalmente por manter, apesar da agenda expandida, que os atores capazes de construir elementos de segurança ainda fortemente ligados ao Estado. Ou seja, em um primeiro momento, apesar de admitir a existência de narrativas de segurança fora do lócus estatal, a EC ainda não conseguia abarcar distintos atores capazes de estabelecer essa narrativa.

Desde a sua concepção, o conceito de securitização tem sido usado para estudar questões relacionadas com segurança e processos em diversas áreas, incluindo terrorismo (Buzan 2006), migração (Bigo 2002; 2005, Bigo e Walker 2002; Alexseev 2011), segurança humana (Floyd 2007), meio ambiente (Wishnick 2010) e os direitos das mulheres (Hansen, 2000). A securitização é também usada para explicar relações de segurança entre distintos Estados. Mais especificamente, o conceito tem um papel central na literatura relacionada com Complexos Regionais de Segurança Regional (CRS), definidos como "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro" (Buzan et al. 1998: 201).

A securitização é essencialmente um mecanismo de análise de práticas políticas; o estudo da securitização considera "quem pode 'fazer' ou 'falar' segurança com sucesso, sobre quais questões, em que condições e com que efeitos" (Buzan et al. 1998: 27). A essência da securitização, portanto, encontra-se na ideia de que a segurança é um ato de fala: ao rotular algo como um problema, existem repercussões. A "equação" do processo securitizante, assim, pode ser definida como o ato de um agente securitizante afirmando que um objeto referente específico enfrenta uma ameaça existencial. De acordo com a Escola de Copenhague, o ator é um indivíduo ou grupo, que realiza os atos de fala relacionados com práticas de segurança. Inicialmente, esses atores securitizantes para a EC eram aqueles ligados ao Estado, como elites políticas e burocratas. Com a expansão metodológica contemporânea, novos atores foram adicionados, como será abordado posteriormente.

Com o ato de fala, o ator reivindica o direito de recorrer a medidas extraordinárias - principalmente a implementação de momentos de excepcionalidade - para lidar com a ameaça existencial e manter, supostamente, o objeto referente seguro (Wæver 1995; Buzan et al., 1998). Essa resolução do problema, de acordo com a Escola de Copenhague, não ocorre na esfera normal da política, uma vez que é movida para o campo emergencial. O grande argumento é temporal: supostamente, caso as ameaças apresentadas não sejam lidadas imediatamente, todo o resto irá se tornar irrelevante (Wæver 1996:104). Importante ressaltar que o ato de fala em si - isto é, a acoplagem de determinada questão com uma ameaça existencial - não constitui necessariamente em um processo de securitização. Para este acontecer, determinada audiência deve aceitar o discurso securitizador, ou pelo menos o tolerar (Buzan et al. 1998: 25). Assim, o ato securitizador é essencialmente uma negociação entre os atores securitizadores e determinado público (ibid: 26), sendo a teoria de securitização derivada de um processo discursivo onde 'ameaças são representadas e reconhecidas' (Williams 2003: 113). É importante notar que a EC não considera o processo de securitização como algo necessariamente positivo, mesmo que o objetivo deste processo seja conseguir mais segurança. Normalmente, o ideal seria justamente desecuritizar, ou seja, retirar do arcabouço emergencial, excepcional, recolocando determinado processo para a esfera normal da negociação (Buzan et al., 1998:4).

Esse processo de aceitação de um ato securitizante não é totalmente claro nas principais obras da teoria. Como é relativamente difícil encontrar movimentações públicas que possam indicar com absoluta certeza o aceite da audiência, após cada ato, é deveras complexo determinar se o público de fato aceitou um ato específico. Buzan et al. (1998) argumentam que, se determinadas ações recebem "ressonância" suficiente por parte da audiência, elas devem ser vistas como uma forma de aceitação. Mas, como os autores admitem, mesmo a ressonância é difícil de se avaliar (ibid: 25). Uma questão não resolvida, e igualmente importante, da teoria é a ambiguidade do que se trata a audiência. Segundo Buzan et al (1998: 41) trata-se "daqueles que o ato securitizante tenta convencer a aceitar procedimentos excepcionais". Mas, como Leonard e Kaunert (2011: 59) apontam, não há critérios para "identificar quem constitui exatamente o público na prática". Talvez uma das mais importantes lacunas é que a teoria não reconhece a presença de vários públicos. A leitura mainstream da teoria implicitamente assume que existe apenas uma audiência, o que leva a alguma das referidas deficiências.

É importante notar que embora os atores securitizantes sejam necessários para identificar uma questão como elemento de segurança, fatores facilitadores podem auxiliar no sucesso dessa construção diante de determinado público. As audiências em determinado processo de securitização, segundo a formulação original presente em Buzan et al.

(1998:19) seriam aqueles a quem o ator securitizante está tentando convencer. Essa consideração pode ser analisada como simplista, principalmente por classificar, quase de forma automática, que os regimes

analisados seriam democracias - com uma audiência bem informada. A EC, em suas análises iniciais, se focou abertamente em modelos democráticos, observados como os elementos centrais a serem compreendidos dentro de qualquer cenário de securitização. Uma vez que a literatura trate a audiência como "cidadãos médios" de determinado Estado (grande parte das vezes quase sinônimo do eleitorado), uma parcela significativa de cenários globais acaba por ser ignorada. A expansão para Estados não-democráticos ressalta o quão variável o conceito de "audiência" pode ser e a necessidade de resignificação dos conceitos, dependendo do ambiente observado. Mesmo em ambientes democráticos, a necessidade de avaliação caso a caso se torna necessária. Por exemplo, Collins (2005) e Roe (2008) notam como o parlamento do Reino Unido foi mais relevante do que o "público em geral", no caso de envolvimento do país na guerra do Iraque. É importante reparar que em alguns momentos as narrativas de segurança nem estariam disponíveis para a população em geral. Buzan et al. (1998, 28) argumentam que "algumas práticas de segurança não são legitimadas em público pelo discurso de segurança, porque elas não estão disponíveis para o público. Por exemplo, os "black programs" nos Estados Unidos, não são apresentados no orçamento, mas são um caso muito claro da lógica de segurança".

Essa variação importante de audiência e de atores securitizantes é um dado importante para a presente pesquisa, uma vez que as Companhias de Segurança Privada atuam, muitas vezes, como o segundo, tendo como foco de audiência um reduzido contingente de indivíduos. Por exemplo, como irá se demonstrar, no Afeganistão as CSP tanto têm como audiência soldados norte-americanos em Kandahar quanto, em outro momento, o Departamento de Estado dos EUA.

Na abordagem da Escola de Copenhague, a norma constitutiva mais importante de um processo de securitização está em sua gramática. Ao seguir a gramática de segurança, determinada narrativa é construída. Tal dinâmica contém uma ameaça existencial, um "ponto de não retorno" e uma possível saída (Wæver 1995; Buzan 1998 et al, 32-33.). O sucesso, assim, de determinado ato de fala traz "consequências" ou "efeitos" para o cenário analisado (Austin 1975, 113, 116-117). Um ato de fala bem-sucedido leva a uma série de mudanças, que não teriam acontecido caso o fluxo regular de ações tivesse acontecido.

Além das regras constitutivas - a gramática de segurança - a securitização é dependente de fatores específicos, que podem ser únicos para os sistemas políticos e culturais analisados. Isso exige que o método de investigação se baseie em ações pragmáticas e não puramente na semântica (o estudo de significado) ou regras linguísticas universais. Segue-se lógica, por exemplo, na análise das narrativas de anexação do Neoliberalismo com práticas islâmicas na Líbia, como abordado no capítulo 7. Assim, todas as sociedades possuem normas que são produtos de contingências históricas e sociais, assim como os objetos referenciais. Resumindo essas premissas, quando a lógica de segurança é utilizada para legitimar a quebra destas regras, um caso de securitização surge (Buzan et al., 1998, 25-26).

É importante ressaltar que constituir algo como uma questão de segurança é uma opção política, que pode ter várias motivações e funções. A EC já ressaltou, em diversos momentos, a pluralidade de significados de segurança: embora possa ter conotações positivas, para os Estados, por exemplo, a segurança é uma preocupação negativa (Wolfers 1952; Wæver 1997a:15). Na verdade, na maioria das vezes, a política de segurança é orientada por preocupações negativas e seu objetivo é bloquear tais desenvolvimentos. Talvez devido à "natureza" negativa das políticas de segurança, muitos veem a securitização como uma forma de naturalização, ou despolíticação, do discurso político (Huysmans 1998b; Holm, 2004). Se a securitização for bem-sucedida, a legitimidade criada através do processo permite que o ator securitizante quebre normas que normalmente consolidariam comportamento e políticas, uma vez que a questão teria sido retirada da área da "política comum". Como tal, a segurança é um meio eficaz de legitimar políticas que poderiam ser consideradas excessivas ou imorais, pois indica questões de "sobrevivência" que estariam acima da política normal. A segurança é, portanto, também um meio eficaz de controle.

O efeito persuasivo da securitização, formulada por Wæver, é justamente a legitimidade política. Os pressupostos apontados pela Escola de Copenhague, assim, descrevem a gramática de segurança: o seu significado e como determinado objeto é construído como um elemento de segurança. Indo além da "gramática" da securitização, Wæver argumenta que as exigências da securitização incluem dois elementos externos. O primeiro seria o status social do ator, uma vez que o agente securitizante, aquele que exerce o ato de fala, tem que estar em uma posição de autoridade para o público - não necessariamente formal. O segundo aspecto estaria relacionado à natureza da própria ameaça - por exemplo, similaridades entre ameaças já existentes facilitariam processos de securitização. Estes dois elementos são divididos em outras "variáveis" básicas: objetos referentes, atores securitizantes, atores funcionais, movimentos securitizantes, ameaças existenciais e condições facilitantes e as audiências (Buzan et al, 1998; Wæver 2008b).

As definições das variáveis acima tornaram-se alvos de debate, ou foram aplicadas de formas distintas, variando o autor e o período de publicação. A definição de ator securitizante, "atores que securitizam questões ao declarar alguma coisa - um objeto referente - existencialmente ameaçada" (Buzan et al, 1998:36), é um exemplo de como a variação nas definições é problemática. Wæver em alguns momentos enfatiza a aceitação de atos de securitização por audiências relevantes, sugerindo que os atores securitizantes poderiam "decidir" sobre

movimentações de securitização. Em outros momentos, Wæver (2008b, 582) define um ator securitizante como: "aquele que tenta estabelecer determinada ação - ato de fala - de indicar uma ameaça existencial para determinado objeto de referência - legitimando, assim, medidas extraordinárias, não necessariamente realizadas pelo próprio ator". Nessa segunda definição, o autor ressalta a tentativa de ação, deixando entender que a securitização não precisaria, necessariamente, ser concretizada.

Dentro dessa lógica, nem todos os atos securitizantes são bem-sucedidos e, não surpreendentemente, casos de insucesso são raramente analisados na literatura. A notável exceção é Salter (2011), que analisou programas anti-terrorismo nos EUA como um estudo de caso para apontar três distintas possibilidades em caso de falha: normais, internas e externas. Falhas normais são o resultado de "resultados não intencionais de sistemas complexos e interdependentes" (ibid: 122), ou seja, consequência de burocracias concorrentes em uma sociedade complexa. As falhas internas referem-se a movimentos que não cumprem as condições gramaticais do ato, principalmente ao retratar a ameaça como existencial. Por último, as falhas externas são aquelas que cumprem as condições gramaticais, mas são rejeitadas pelo público (ibid: 123-126).

Securitização como práticas auto-referenciais e políticas

Uma vez que a segurança na Escola de Copenhague é vista como um ato de fala, isso significa que são os atores securitizantes que essencialmente definem seu significado, "a segurança é o que os atores fazem dela" (Buzan e Wæver 2003: 48). Assim, a segurança é uma prática auto-referencial, pois constitui na determinação de uma questão como uma ameaça existencial em si e não necessariamente se preocupa com uma pretensa verdade material (Buzan et al. 1998: 24). Portanto, a construção de tal elemento é essencialmente sobre ser capaz de produzir com sucesso um "label of security" (Wæver 1995: 50). Isto significa que se um ator consegue produzir tal rótulo de segurança com sucesso - ou seja, convencer o necessário público da validade da ameaça - a ameaça não precisa ser 'real'; o impacto da construção pode ser suficiente para se tomar determinadas ações, principalmente o acesso a medidas extraordinárias. Da mesma forma, uma ameaça real não garante que os atores irão adquirir acesso a medidas extraordinárias, caso não construam com sucesso a ameaça por meio de um formato específico. Como aponta Wæver, há diversas ameaças pelo globo, mas nem todas são construídas como tal (2011: 472).

Na Teoria da Securitização, por conseguinte, existe a tendência de se descontextualizar o significado de segurança, variando dependendo do ator, assim como de suas intenções. O ponto que realmente importa são as práticas resultantes de tais movimentações, como, por exemplo, a autorização para estabelecer estados de excepcionalidade. Esta abordagem ignora as intenções dos atores securitizantes, não levando também em conta o contexto em que o processo ocorre. A leitura mainstream da teoria, portanto, não considera que a segurança está intrinsecamente amalgamada com determinada ordem simbólica e cultural, que influencia os atores, assim como o público, em relação a como a segurança é praticada (Huysmans, 2002).

Esse argumento se soma ao fato de que o estudo de securitização é essencialmente um mecanismo para auxiliar a análise de práticas políticas. Vuori (2008) auxilia na elucidação desse ponto ao separar a securitização em quatro vertentes. Assim, aponta que a securitização é utilizada a fim de alcançar uma dessas quatro metas: (i) para inserir determinada questão na agenda, (ii) criar uma dissuasão, (iii) legitimar atos passados ou reproduzir atos de securitização já existentes e (iv) adquirir mais controle.

No primeiro caso - inserir uma questão na agenda - o objetivo é usar a securitização como mecanismo de alerta, a fim de trazer uma questão à atenção daqueles que estão em posição de tomar medidas apropriadas para lidar com uma ameaça específica. Neste caso, portanto, os atores que iniciam o processo de securitização não são aqueles que têm capacidade para decretar medidas extraordinárias. Seu objetivo é fazer com que os agentes adequados sejam convencidos a tomar medidas em relação à ameaça potencial (ibid: 77).

A segunda vertente - dissuasão - refere-se aos atos destinados a legitimar práticas que ainda não ocorreram, mas que, por determinada avaliação, são prováveis de acontecer no futuro. O objetivo, portanto, é "justificar ações que seriam julgadas ilegítimas em outros casos" (ibid: 79-80). Vuori aponta que aqueles que constroem tais mecanismos de segurança podem ser os mesmos que decretam ferramentas de excepcionalidade. Contudo, precisariam de autorização de um ator externo - da audiência - para a efetiva implementação.

O terceiro ponto - legitimação das ações passadas e reprodução de ações securitizantes - não trata, diferente dos anteriores, sobre construções do futuro, mas sobre o passado e o presente. O objetivo neste caso é legitimar ações passadas que foram consideradas como ilegítimas pela audiência (ibid: 84-5). Isto é particularmente útil para atores securitizantes, como será discutido posteriormente, que desejam ser reconhecidos como os "agentes mais adequados para lidar com um determinado tipo de ameaça". Isto é ainda mais importante nos casos em que as ameaças são parte de rotinas de determinada população e são, portanto, constantemente repetidas.

A vertente final - aquisição de controle - refere-se a atos securitizantes que visam conceder a determinado ator mais controle sobre determinada situação. Neste caso, o público está sob a "autoridade do

ator", como é o caso, por exemplo, de membros de partidos políticos. Assim, o agente no caso é alguém em posição formal de poder, com capacidade de "autorizar medidas convincentes" (ibid: 88).

Os quatro eixos fornecem uma imagem mais clara das motivações por trás de diferentes tipos de atores securitizantes e também como analistas podem usar a securitização como um mecanismo para analisar práticas políticas. Mais importante, no entanto, e embora não seja explicitamente indicado, os quatro pontos indicam a multiplicidade possível de audiência. Ao assumir distintas audiências, as análises da EC tornam-se mais sofisticadas e abrangentes, auxiliando ainda nas perspectivas de "quem" deve ser convencido de determinada construção securitizante.

Atos de fala

Como supracitado, a segurança na teoria da securitização não é encarada como uma condição objetiva, mas sim como o resultado de um processo social. Assim, a construção social de questões de segurança é analisada através de "atos de fala securitizantes", através dos quais se tornam ameaças representadas e reconhecidas (Williams 2003: 513). Em outras palavras, o uso de tais atos transfigura questões ordinárias em elementos enquadrados como do campo da segurança, materializando, assim, a condição auto-referencial da narrativa securitária. Wæver, em uma relevante afirmação, aponta que:

"O que é então segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar 'segurança' como um ato de fala. Neste caso, a segurança não é um objeto de interesse por ser algo referente ao real; o próprio enunciado é o ato. Ao dizer que algo está relacionado com o campo [da segurança], algo acontece. Ao indicar como 'segurança', um representante do Estado move um elemento particular para uma área específica, conclamando possuir um direito especial para empregar medidas extraordinárias" (1995:55).

A teoria dos atos de fala foi desenvolvida por John L. Austin em 1955, no livro "How to do things with words". De acordo com Austin, afirmações que não se incluem em uma dicotomia de verdadeira ou falsa são movimentações narrativas que executam ações e podem ser denominadas "declarações performativas" ou "atos de fala performativos" (1962: 6-7). Tais ações são performativas porque ao nomear algo há sempre uma consequência, algo é feito, como é o caso, por exemplo, de um casamento, onde no ato de "declarar marido e mulher" a união é consumada. Assim, "[a] elocução da sentença é, ou faz parte, de se fazer uma ação" (ibid: 5). Os atos de fala, para que tenham o impacto desejado, devem atender a algumas condições específicas que Austin chama de "felicity conditions".

Austin aponta que tais condições são: (i) O enunciado de um ato de fala deve seguir determinados procedimentos, considerados convencionais pelas (ii) pessoas e circunstâncias em que determinado caso está sendo apontado, e estas também devem ser consideradas legítimas para a invocação do procedimento em questão. Além disso, (iii) o processo deve ser executado por todos os participantes corretamente (iv) de forma completa e (v) o ato deve ser interpretado como sincero e (vi) o ator realizando o ato de fala deve indicar ações que justifiquem as medidas narradas.

Os atos de fala em estruturas de securitização têm condições semelhantes de "felicity". Esses mecanismos gramaticais não estavam presentes nas primeiras análises da EC, sendo incorporadas posteriormente principalmente para lidar com críticas de aplicação em estudos de caso. Copenhague aponta ainda três condições facilitadoras para tais ações, separadas em interna e externas. A condição interna determina que é necessário seguir "a gramática de segurança, construir uma trama que inclui ameaça existencial, ponto de não retorno, e uma possível saída" (Buzan et al, 1998: 32-33). O foco é, assim, unicamente sobre como o ato é articulado. Os aspectos externos dos atos securitizantes incorporam duas condições, o capital social do ator de securitização e a ameaça por si só (ibid). A segunda condição facilitadora está relacionada com a ameaça em si. Como Buzan et al. (1998: 33) nota, "o mais provável é que se pode evocar uma ameaça à segurança se certos objetos já possuam algum elemento compreendido como ameaçador - sejam eles tanques ou a poluição das águas". Assim, as ameaças "reais" por si só não irão produzir necessariamente processos de securitização, mas elas podem facilitar tais condições. Esta premissa, como será abordado mais à frente, ainda é pouco desenvolvida pela teoria em si. Importante notar que tais "ameaças materiais" (por exemplo, exércitos) podem ter um impacto mais significativo se forem incorporadas em um contexto social específico (por exemplo, ambientes de conflito étnico) e adaptadas com percepções de audiências específicas. Por exemplo, a presença do Exército brasileiro nas fronteiras argentinas não é percebida como uma ameaça por Buenos Aires, enquanto a presença do exército norte-americano é para iranianos, por exemplo.

Dentro dessa lógica, a securitização é uma escolha política consciente tomada pelos atores securitizantes que, caso bem-sucedidas, serão capazes de "se libertar das regras" e suspender a política considerada normal (Williams 2003: 218). Tais atores estariam autorizados a tomar tais ações dentro de uma articulação de que a narrativa não só descreve o ambiente, mas também cria determinada realidade. Como supracitado, a segurança - ou insegurança - não é necessariamente uma condição objetiva, mas sim o resultado de um processo social específico subjacente a processos de construção social (Bigo, 2009: 4). Este processo social é essencialmente intersubjetivo, um processo de negociação entre atores e as audiências.

A intersubjetividade da teoria reside no fato de que a representação e reconhecimento de qualquer proposta de ameaça são negociadas entre um ator e uma audiência, com esta sendo responsável pela decisão final sobre se a ameaça foi aceita ou não (Stritzel 2007: 363). Isto significa que tanto a "negociação" quanto a "intersubjetividade" são, inevitavelmente, parte de um processo social. Stritzel argumenta que, se este for realmente o caso, então o processo vai contra o argumento inicial da Escola de Copenhague de que o ato de nomear algo como segurança já seria em si um ato político com consequências passíveis de análise.

A solução para tal impasse foi apresentada por Balzaq (2005:172), que aponta que a securitização pode ser melhor entendida como:

"uma estratégica pragmática e prática que ocorre dentro de uma configuração de circunstâncias, incluindo contexto, a disposição psico-cultural da audiência e o poder tanto do ator securitizante quanto do público de conseguir ser ouvido."

Não seria, assim, só o conteúdo dos atos de fala que importa - mas uma combinação de como tais narrativas foram apresentadas e como tais considerações se relacionam com práticas já estabelecidas dentro de determinada audiência. Como Entman (2004:6) aponta, imagens, discursos e práticas inseridas em determinado contexto são mais fáceis de serem assimiladas dentro de um espaço narrativo. Essa reflexão é interessante na análise das considerações apontadas pelo estudo de campo tanto no Afeganistão quanto na Líbia. Em ambos os casos, os processos securitizantes realizados pelas Companhias de Segurança Privadas, rearticuladas em um processo de hibridismo, são efetuados através de mecanismos locais. Essa articulação de práticas endógenas simbólicas, como será argumentado posteriormente, facilita não só a atuação dessas empresas como autoriza o emprego de certas ações.

Setores securitizantes e Macrosecuritização

Somam-se a esses pontos abordados a introdução do conceito de "setores securitizantes". Essa abordagem levou à implementação, na Escola de Copenhague, de uma agenda de segurança ampliada e um relevante desvio dos estudos tradicionais de segurança, onde apenas um objeto referente, o Estado, é considerado. De acordo com Buzan, a segurança de coletividades humanas poderia ocorrer em um número de diferentes setores: políticos, militares, sociais, econômico e ambiental (Buzan, 1991: 19). Cada um deles pode possuir distintos objetos referentes, tais como identidade, viabilidade econômica e soberania. Isso significa, de acordo com o autor, que o foco dos estudos de segurança não deve ser em apenas um setor, o militar, em apenas um objeto referente, mas sim em um modelo ampliado (Buzan et al. 1998: 168).

A proposta de uma agenda de segurança ampliada não é incontestada. Há críticas, por exemplo, que argumentam que apesar da suposta abrangência, o foco das análises ainda estaria no Estado. Grande parte do trabalho de Buzan, antes da EC, por exemplo, realmente não diferia de uma ontologia realista e convencional (Booth 1991, Wyn Jones, 1999). No entanto, a visão de Buzan sobre a constituição dos Estados sempre foi distinta dos "tradicionalistas" - que observavam ameaças como questões objetivas. Como Buzan argumenta, Estados são construtos ideacionais e a construção de qualquer questão como uma ameaça é "uma escolha política, e não um dado objetivo" (Buzan, 1991: 115). Em uma fase posterior, e em resposta a essas críticas, houve uma mudança significativa da abordagem centrada no Estado (Bigo, 2007, Huysmans, 2009, por exemplo). Mesmo com tais modificações, grande parte dos autores ligados à EC reconhece que os Estados ainda são objetos referentes mais importantes e que possuem um papel fundamental em processos de securitização (Buzan et al. 1998: 37).

O primeiro setor securitizante apontado é o militar. Essa divisão analítica trataria das capacidades ofensivas e defensivas dos Estados e suas percepções em relação às intenções de outras nações (Buzan, 1991: 19; Buzan et al. 1998: 51). O principal objeto referente a este setor continua sendo o Estado, apesar de não ser o único (Buzan et al. 1998: 49); podendo ainda apontar tribos, como no Afeganistão, ou mesmo religião, na ex-Iugoslávia. As questões militares giram em torno de tradicionais preocupações de segurança nacional, que supostamente possam destruir a ideia do que consistiria a normalidade estatal. Ameaças militares, materialísticas em sua essência, como tropas e armamentos, costumam a ocupar um lugar de destaque nas preocupações com segurança, até mesmo pela capacidade de destruir outros setores, como o econômico e o social.

O segundo setor seria o político, que estaria preocupado com questões que ameçam a capacidade do Estado de manter a sua estabilidade organizacional. As ameaças variam desde pressionar um governo sobre determinada política, movimentações de golpes políticos, fomentar separatismo ou mesmo deteriorar o tecido político do Estado, a fim de enfraquecê-lo antes de um ataque militar. Este último é, obviamente, o pior cenário, uma vez que é o único que liga ameaças políticas com as militares. Além disso, "as ameaças políticas são [também] sobre reconhecimento, apoio ou legitimidade" (Buzan et al.1998: 142) para outros Estados ou unidades dentro de um Estado.

Segundo Buzan, a rivalidade entre diferentes ideias e tradições leva ao surgimento de ameaças políticas (1991: 70). A identificação de tais ameaças, no entanto, é particularmente complexa, pois é difícil

avaliar a gravidade de cada questão de forma a decidir se ela se qualifica como uma ameaça. Fazer a distinção entre a normal rivalidade política/ideológica e ameaças que se qualificam como "questões de segurança nacional" não é simples e, geralmente, não há entendimento universal entre os atores e a audiência. Além das rivalidades ideacionais, ameaças políticas também podem girar em torno da sobrevivência da nação, em um momento em que a identidade nacional pode ser constituída como objeto referente. Há também as ameaças que são voltadas para a legitimidade interna da unidade política e para o reconhecimento externo do Estado (Buzan et al. 1998: 144). Ameaças para a legitimação interna giram em torno de questões de ideologias e ideias que definem a nação, enquanto que as externas estariam relacionadas a processos de identificação. Por exemplo, as narrativas de reconhecimento - ou não - de Taiwan pela comunidade internacional se enquadrariam dentro dessa perspectiva.

O próximo setor seria o societal. Buzan, em artigos anteriores, definiu segurança societal como "a manutenção de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de linguagem, cultura, identidade étnica e religiosa, e costumes" (1991: 19, 123). Em trabalhos posteriores, porém, a EC fragmentou tais definições, apontando elementos mais complexos e sofisticados. Assim, as ameaças societais poderiam ser enquadradas como (i) migração, quando determinada comunidade se sente ameaçada por fluxos de indivíduos interpretados como alienígenas, passíveis de modificação de identidade e costumes e (ii) competição horizontal, quando determinada população é influenciada significativamente por comunidades vizinhas. As ameaças, nesse caso, são mais indiretas, com impactos sendo desenvolvidos a curto prazo. Teríamos ainda (iii) competições verticais, em que determinada população se sente ameaçada por processos macro, como por exemplo articulação dentro de instituições maiores. A criação de uma identidade europeia, por exemplo, e suas consequências, se enquadrariam nesse panorama. Por fim, teríamos (iv) depopulation, quando determinada identidade pode deixar de existir devido a processos de eliminação, como guerra, doenças ou políticas de extermínio.

O próximo setor apontado é o econômico, que estaria relacionado com a capacidade do Estado de ter acesso a recursos e mercados financeiros suficientes para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e poder. Este setor é particularmente amplo em objetos referentes, que podem variar desde indivíduos, passando por Estados até um abstrato sistema global. De acordo com Buzan, as tentativas de securitização mais poderosas dentro do setor econômico não são aquelas relacionadas às perdas econômicas, mas sim sobre um possível colapso do bem-estar (ibid: 102). Desta forma, os objetos referentes são Estados ou mesmo grupos de indivíduos - apesar da dificuldade em se apontar, muitas vezes, as origens das ameaças. Esse problema acaba por fazer com que as ameaças econômicas sejam anexadas com outros setores, como o societal, por exemplo, em que determinado grupo étnico é construído como ameaçador em amplos aspectos. A forma com que a migração é tratada na Europa é um modelo para tais tipos de transbordamentos de ameaças, constituídos multisetorialmente.

Por fim, teríamos o setor ambiental, que se refere à manutenção da biosfera planetária como sistema essencial sobre o qual todos os outros empreendimentos humanos dependem. Tais ameaças iriam desde condições naturais, não controladas, como terremotos e furacões, até as ameaças ecológicas decorrentes das atividades humanas, tais como poluição atmosférica e aquecimento global. Tal como acontece nos elementos econômicos, uma das questões em relação ao setor ambiental está na capacidade de anexar problemas que são muitas vezes macro como um elemento passível de reconhecimento local.

O objetivo de tais setorizações é menos o de enquadrar as ameaças em blocos distintos e intransponíveis - mas auxiliar na identificação de narrativas que sirvam na construção de ameaças. Como apontado, não é incomum que questões sejam apontadas dentro de mais de um setor, galvanizando assim sua capacidade de influenciar determinada audiência.

Essa perspectiva, contudo, enquadra as construções de ameaças dentro de um modelo estatal, com o objeto referente - e o ator securitizante - centralizados nas nações. Contudo, há momentos em que determinados discursos transbordam para além das fronteiras nacionais, realizando movimentações de securitização que podem influenciar atores em cenários globais. É dentro dessa prerrogativa que o conceito de macrosecuritização é abordado.

Apesar dos discursos serem direcionados a uma audiência específica, não é difícil analisar que determinados atos de fala podem ter consequências para além do alvo inicial. Na tentativa de compreender a circulação desses discursos, o último trabalho de Buzan e Wæver em conjunto tentou tratar de um modelo expandido da securitização.

Em "Regions and Powers: The Structure of International Security" (2009), os autores apontam o conceito de macrosecuritização (MS), que teria como objetivo lidar com construções de ameaças referentes a elementos como religiões vistas como universais ou ideologias políticas. Buzan e Wæver sugerem que a MS ocorre em níveis acima da securitização regular, ou seja, dentro de uma lógica estrutural. Assim, a macrosecuritização, apesar de funcionar dentro dos mesmos mecanismos de sua contraparte estatal, funciona em uma dinâmica macro: engloba ameaças consideradas de maior porte e com capacidade de influência construídas como transnacionais. Como aponta Valença (2010: 234), "o que a macrosecuritização traz de novo é

que a ideia de coletividade e de ameaça construída a partir de relações intersubjetivas continua válida, mas a relação em tela tem como foco a constelação de segurança, não mais Estados isolados".

Os processos de macrosecuritização, assim, impõem uma lógica hierárquica, muitas vezes agrupando outras securitizações. Apesar de Buzan e Wæver se concentrarem na Guerra Fria como modelo para investigação desses processos, o conceito tem sido utilizado para entender principalmente a Guerra ao Terror promovida pelos Estados Unidos. A macrosecuritização de guerra global contra o terror ligaria securitizações de combate às drogas, armas de destruição em massa e do terrorismo em níveis locais. A capacidade de iniciar um processo de MS de sucesso depende da capacidade do ator, tendo que empregar capitais distintos para mobilizar as políticas de identidade de uma série de atores dentro do sistema" (Buzan e Wæver 2009, 268).

Ainda no caso específico da macrosecuritização da Guerra ao Terror, é interessante apontar que a narrativa de combate a um etéreo grupo de insurgentes serve de guarda-chuva para diversos atores no cenário internacional justificarem medidas coercitivas. Assim, no âmbito do combate ao terrorismo, países com questões distintas de segurança, como a Colômbia com as FARC ou o Egito com a Irmandade Muçulmana, afirmam realizar a mesma mobilização coercitiva, de enfrentar o terrorismo global. Apesar das distinções claras entre grupos guerrilheiros ex-marxistas na América Latina e organizações políticas religiosas no Cairo, a lógica da excepcionalidade liga essas duas movimentações. O discurso de que tais atores só conseguiriam ser enfrentados dentro de mecanismos de exceção indica as relações da macrosecuritização analisada, além de galvanizar apoio dos Estados Unidos para tais ações, por exemplo.

Assim, a macrosecuritização do terror não é observada aqui como um mecanismo de homogeneização dos inimigos internacionais - no caso o terrorismo - mas um arcabouço planetário que pode ser resignificado localmente para justificar medidas de excepcionalidade sobre um rival. Esses processos de rearticulação possuem mecanismos coercitivos transnacionais, que circulam entre diversos atores que supostamente estariam realizando tais atividades. Não surpreende, dessa forma, que os países que acompanharam o processo de macrosecuritização do terrorismo dos Estados Unidos replicaram, com ajuda de Washington, ferramentas de detenção inconstitucionais, espelhadas em Guantánamo e, central para a discussão da presente pesquisa, Companhias de Segurança Privada..

III. Conclusão

Os Estudos de Segurança Internacional passaram por uma série de alterações e novas considerações desde que pesquisadores relacionados às Relações Internacionais iniciaram reflexões sobre o tema. Em um dos últimos processos de alargamento da agenda das ESI, no bojo das transformações ocorridas no cenário internacional na década de 1980, a Escola de Copenhague se insere em uma dinâmica que pretende compreender não só novos cenários em que a segurança pode ser compreendida, mas principalmente como o ato discursivo de se indicar algo como uma questão securitária já possui consequências políticas. Além disso, a EC se concentra ainda na inclusão de elementos de análise de discursos, construção subjetiva de ameaças e múltiplas possibilidades de identificação das fontes de (in)segurança. Isso não só favorece a expansão das possibilidades de análise, mas indica ainda caminhos multidisciplinares para a pesquisa de ESI, engessado por décadas em dinâmicas ontológicas específicas. A Escola de Copenhague, contudo, não representa um espaço reflexivo homogêneo, mas um campo de discussões em que algumas prerrogativas são compartilhadas por uma vasta gama de analistas. Este capítulo que, como apontado, não tinha o objetivo de indicar soluções para conceitos que possam ser interpretados como problemáticos pela EC, indicou, contudo, que as perspectivas indicadas pela escola estabelecem ferramentas importantes para se compreender criticamente a construção de ameaças globais, além de suas possíveis consequências.

Central para a presente análise, a produção discursiva de um elemento de excepcionalidade como justificativa para salvaguardar determinado agente se mostra um poderoso artifício para a criação de mecanismos de controle de determinadas populações, assim como para uma compreensão alargada de ferramentas contemporâneas de uso da força e de controle de populações. A análise do caso específico da macrosecuritização da Guerra ao Terror se mostra relevante pois argumentamos que a construção discursiva de ameaças globais e etéreas tem servido como base para justificativas de medidas excepcionais por parte de diversos Estados. A construção de uma ameaça global tem a capacidade de unir diferentes securitizações locais sob uma mesma narrativa, promovendo uma lógica de emergência e excepcionalidade que influencia diretamente as políticas de segurança e as relações internacionais.

Excepcionalidade e emergência, assim, são características embrionárias dessas narrativas, principalmente pela forma como elas são construídas e mobilizadas politicamente. A reflexão sobre a macrosecuritização e a análise crítica das práticas securitizantes são essenciais para entender os mecanismos de poder e controle que permeiam as relações internacionais contemporâneas. Dessa forma, a Escola de Copenhague oferece uma lente teórica valiosa para a compreensão das dinâmicas de segurança no mundo globalizado, destacando a importância dos discursos e das práticas discursivas na formação das políticas de segurança.